

Cronologia da revolução (1789 a 1799)

A Revolução Francesa foi um acontecimento que abalou o mundo. Golpeou profundamente as monarquias absolutistas, a Igreja católica e o feudalismo na Europa, e seus efeitos se desdobraram a outros continentes. Foi um processo bastante complexo que passou por diferentes períodos, expressando determinados conflitos e diferentes correlações de forças entre as classes e grupos sociais. Vamos apresentar os principais fatos ocorridos entre o início da revolução e o golpe de XVIII de Brumário, que levou Napoleão Bonaparte ao poder, em 1799.

Antecedentes

1756 – 1763

A França é derrotada na Guerra dos Sete Anos, uma série de conflitos internacionais que ocorreram durante o reinado de Luís XV entre a França, a Monarquia de Habsburgo e seus aliados (Saxônia, Império Russo, Império Sueco e Espanha), de um lado, e a Inglaterra, Portugal, o Reino da Prússia e Reino de Hannover, de outro. A França e a Inglaterra disputavam o controle comercial e marítimo das colônias na Índia e na América do Norte. A França foi derrotada na Alemanha, Índia e Canadá. A Inglaterra saiu como a grande vitoriosa.

1774

Luís XVI assume o trono da França.

1775

Começa a Guerra de Independência dos Estados Unidos, que durará até 1781.

1776

Declaração de Independência dos Estados Unidos.

1777

A França entra na guerra ao lado dos Estados Unidos contra a Inglaterra, sua principal rival. O rei dedica dois milhões de libras ao esforço de guerra, o suficiente para alimentar e abrigar sete milhões de franceses durante um ano. O investimento marcaria o início do colapso financeiro da França devido à enorme dívida contraída pela coroa francesa.

1780

No início da década de 1780 a situação nos campos piorava. Uma sucessão de más colheitas levou a um aumento do preço da farinha, ocasionando a carência do que era o coração da dieta da população francesa: o pão. Enquanto isso, a realeza continuava a viver na extravagância, indiferente aos sofrimentos do povo. Os preços estavam aumentando com muita rapidez, principalmente dos alimentos. No período de 1785-89, o preço do fermento subiu 66%, o do centeio 71%, o da carne 67%, o da lenha para cozinha, um produto essencial, 91%. Em 1789, o pão chegou a tomar 88% do orçamento das massas populares. Com isso, comprava-se menos, o que contribuiu para agravar a crise da produção fabril. O desemprego aumentou e a fome cresceu entre as massas.

1787

Para solucionar a crise fiscal, Luís XVI convoca em 1787 uma “*Assemblée dos notáveis*”, órgão corporativo composto por deputados escolhidos a dedo pelo rei entre os nobres, o clero e a burguesia, cuja função era assessorar o monarca. Não era convocada desde 1627. O Conde de Mirabeau e o Marquês de La Fayette, nobres mas futuros revolucionários, estão entre os deputados da Assembleia.

Chegou-se a vislumbrar a criação de tributos para os privilegiados (clero e nobreza). Esta solução não foi aceita. A nobreza recusava-se a perder seus privilégios fiscais sem obter em troca direitos políticos sobre a monarquia, que nas últimas décadas vinha esvaziando espaços onde a aristocracia podia definir os rumos do reino. A assembleia rejeita o plano de reforma fiscal. Um grande setor da aristocracia enfrenta a monarquia absolutista.

1788

A França atravessa o inverno mais rigoroso em 90 anos e a colheita é desastrosa. Surgem revoltas por toda parte. Casas são destruídas, padarias saqueadas, e os padeiros que não podiam mais vender o pão eram linchados.

Junho-Julho: Insurreição em Grenoble.

1789

24 de janeiro: Luís XVI convoca os Estados Gerais por sugestão do ministro de Finanças, Jacques Necker.

5 de maio: Reúnem-se os Estados Gerais, com a presença de 270 representantes do Primeiro Estado (nobreza), 291 do Segundo Estado (clero) e 578 do Terceiro Estado (povo). A maioria desses últimos eram advogados e profissionais liberais. O Terceiro Estado solicita que as decisões sejam tomadas em conjunto pelos estados reunidos com votação individual (“voto por cabeça”). No sistema tradicional, cada estado teria um voto. O rei não aceita a demanda. Instala-se um impasse.

17 de junho: O Terceiro Estado proclama a si mesmo como **Assembleia Nacional**, um corpo parlamentar que representaria a “vontade do povo”.

20 de junho: Os representantes do Terceiro Estado chegam para a reunião no palácio de Versalhes e encontram as portas do local da reunião fechadas. Desconfiando de um complô, passam a outro local, uma quadra do Jogo de Péla (uma espécie de jogo de tênis). Os deputados do Terceiro Estado fazem um juramento de seguir reunidos até estabelecer uma constituição para a França.

9 de julho: a **Assembleia Nacional proclama-se Constituinte**. O rei reúne reforços para dispersar a Assembleia. No início de julho, 30.000 tropas reais posicionam-se ao redor de Paris.

A PRIMEIRA REVOLUÇÃO (A queda da Bastilha)

12 de julho: O rei demite Necker (ministro que possuía respaldo popular). Essa decisão põe fogo no rastilho: a guarda francesa e a multidão atacam a cavalaria real.

13 de julho: Para defender-se, o povo forma uma Guarda Nacional, uma milícia para a qual se apresentam 48.000 voluntários, dos quais 12.000 conformam um destacamento armado. Os revolucionários atacam os arsenais de Paris e conseguem se apoderar de 32.000 mosquetes.

14 de julho: As massas buscam armas e pólvora para defender-se e defender Paris, em apoio à Assembleia Nacional. A multidão cerca a Bastilha, famosa como grande símbolo do poder feudal e de sua repressão, buscando conseguir munições. Os guardas da Bastilha atiram na multidão durante horas. Nunca se soube ao certo o número de mortos, mas gira em torno de 98 manifestantes.

A multidão consegue invadir a Bastilha, atirando-se sobre os guardas com facas e lanças. O governador da Bastilha é morto pelas massas enfurecidas, e sua cabeça espetada em uma lança. O povo incendia e destrói a prisão.

14 de julho: É constituída a **Comuna de Paris**, nome dado ao governo revolucionário da cidade. Os 60 distritos elegem 280 (depois 300) representantes para a Assembleia da Comuna, escolhem 60 entre eles para formar o Conselho Municipal. Seu primeiro prefeito é Jean-Sylvain Bailly e realiza suas sessões do *Hôtel de Ville*.

Julho – “O Grande Medo”: Os camponeses se recusam coletivamente a pagar os tributos cobrados pelos senhores. Impõem renúncias, atacam os castelos, colocam fogo nos arquivos (onde se registravam suas dívidas) e, por vezes, nas residências senhoriais. Esse processo ficou conhecido como “o grande medo”.

4 de agosto: Pressionada pelas ações radicais dos camponeses, a Assembleia proclama a abolição dos direitos feudais. Mas é uma decisão conciliatória: os camponeses deveriam, por meio da compra com dinheiro, resgatar os direitos feudais de seus senhores. A maioria dos representantes do Terceiro Estado considerava os direitos senhoriais como propriedades individuais legítimas, que não podiam ser suprimidas sem pôr em risco a própria ordem burguesa. A burguesia é beneficiada, pois se iguala à nobreza nas condições jurídicas para obter propriedades rurais. Essa medida revolta os camponeses, que não queriam e nem podiam pagar pelo fim dos direitos feudais.

26 de agosto: A Assembleia Nacional aprova a **Declaração dos Direitos do Homem** onde se proclama o fim das ordens ou estados, e se estabelece a igualdade perante a lei, o direito à propriedade privada, à resistência à opressão política, liberdade de pensamento, de opinião e de imprensa.

5 de outubro: Mulheres reunidas em frente à prefeitura protestam contra a escassez do pão. Logo, milhares de pessoas começaram a marchar até Versalhes, com lanças e armas na mão para queixar-se ao rei. O centro da multidão era formado pelas “peixeiras” dos mercados centrais, conhecidas por sua coragem e forte constituição. Estavam equipadas com facas de escamar peixe. Eram mulheres dos bairros pobres, as mais afetadas pelo aumento do preço do pão e pela escassez de produtos. Com a multidão pressionando em sua porta, o rei Luís XVI concorda em assinar a Declaração dos Direitos do Homem. A multidão começou a crescer durante a noite. Pela manhã, cerca de 20.000 pessoas acampam em frente ao palácio real. A massa revoltada exige que o rei e a rainha mudem-se para Paris, para ficarem sob controle e vigilância do povo. Luís XVI hesita em responder, o que provoca mais fúria na multidão que ameaça matar a rainha. Uma onda de mulheres furiosas invade o palácio. Massacram guardas, decapitando-os e enfiando lanças em suas cabeças. Maria Antonieta consegue se proteger no quarto de Luís. O rei teve que concordar em voltar a Paris, como única maneira de acalmar a multidão.

6 de outubro: Um cortejo, agora com 60.000 pessoas, regressa a Paris com a família real e cerca de 100 deputados. Os soldados da guarda nacional vão à frente. As carroças e vagões vão carregados de farinha da despensa real. A carruagem do rei é escoltada até Paris. Algumas pessoas, à frente da procissão, exibiam as cabeças dos guardas espetadas em lanças.

1790

13 de fevereiro: Supressão das ordens e dos votos religiosos.

19 de junho: Abolição dos títulos da nobreza.

12 de julho: A Assembleia estabelece a **Constituição Civil do Clero** e transforma os sacerdotes em “funcionários públicos eclesiásticos”. Também determina que os Bispos devem ser eleitos pelas comunidades. A constituinte exige dos membros do clero o juramento de fidelidade à Constituição Civil. Apenas sete bispos prestam juramento. O clero deixa de ter os privilégios que possuía e perde todos os

direitos feudais. Dos privilégios, o mais importante foi a extinção do dízimo. O papa condena a constituição civil do clero.

1791

30 de janeiro: Mirabeau é eleito presidente da Assembleia Francesa.

15 de maio: É concedida a igualdade de direitos aos cidadãos de cor das colônias francesas.

21 de junho: O rei e a rainha se disfarçam de criados e na calada da noite iniciam a fuga de Paris, tentando passar à Áustria para juntar-se aos exércitos das monarquias européias e restaurar a monarquia absoluta. Quando chegam em Varennes, perto da fronteira com a Áustria, os rumores da fuga já haviam se espalhado. Um policial para a carruagem pedindo os passaportes dos passageiros. O rei é preso e levado de volta a Paris.

15 de julho: Apesar disso, a Assembleia declara o rei inviolável e restaura suas prerrogativas, entre elas o veto.

17 de julho: A Guarda Nacional, sob o comando de La Fayette, dispara contra um protesto de massas a favor da República.

3 de setembro: É promulgada a Constituição. A França torna-se uma **monarquia constitucional**. O rei perde os “poderes absolutos” do Antigo Regime. A nação passa a ser dirigida pela burguesia.

- Para a escolha do poder legislativo, os cidadãos são divididos entre “ativos”, que além dos direitos civis possuem direitos políticos, podem eleger e ser eleitos; e os cidadãos “passivos”, que apenas possuem direitos civis. O critério para esta divisão é censitário (ou seja, é necessário possuir rendimentos e propriedade para ser considerado um cidadão “ativo”).
- O Estado é dividido em três poderes: executivo, legislativo e judiciário.
- A burguesia institui a liberdade de produção, com a supressão dos monopólios e das corporações, e de comércio, com a abolição das aduanas internas e dos privilégios das companhias comerciais.
- A Lei Le Chapelier **proíbe o direito de associação, de reunião e de greve para os trabalhadores**
- A Constituição estabelece a igualdade jurídica de todos os franceses, extinguindo-se os privilégios do clero e da nobreza, mas mantém a escravidão nas colônias.
- Estabelece a liberdade de crença, separação entre Estado e Igreja e a nacionalização dos bens do clero.
- Pela Constituição, o casamento passa a ser considerado um contrato civil como qualquer outro, portanto, sujeito a alterações. Porém, apenas um ano depois (a 30 de agosto de 1792), é expedido um decreto disciplinando o divórcio, uma das principais reivindicações das mulheres.
- Olympe de Gauges apresenta à Assembleia a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, um marco do que se considera o início do feminismo. Parafraseando a declaração dos direitos do homem e do cidadão, Olympe questiona a contradição entre a igualdade perante a lei e a desigualdade entre homens e mulheres. No primeiro artigo da declaração afirma: “A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem”.

13 de setembro: O Rei aceita formalmente a Constituição.

30 de setembro: A Assembleia Constituinte se dissolve.

1 de outubro: Começa a Assembleia Legislativa. Os 745 deputados que formam esse corpo legislativo se dividem em três grandes grupos.

- Os mais moderados formam a direita, 264 monarquistas constitucionais inscritos no Clube dos Feuillants, uma cisão do Clube dos Jacobinos formada por deputados que são contra a República e

defendem a realza diante da agitação popular. Seus autênticos chefes são o Marquês de La Fayette e Antoine Barnave, que, no entanto, estão fora da Assembleia Legislativa.

- A esquerda é menos numerosa, 136 deputados que formavam parte do Clube dos Jacobinos ou dos Cordeliers e dos girondinos, cujo chefe era Jacques Pierre Brissot e cujos integrantes nesse momento eram considerados de esquerda.
- O resto, 345 deputados independentes ou constitucionais, forma o centro.

9 de novembro: São instituídos o casamento civil e o divórcio. A Assembleia ordena a todos os emigrados que retornem sob a ameaça de pena de morte.

11 de novembro: O rei veta a resolução da Assembleia sobre os emigrados.

1792

Janeiro – Março: Crescem os distúrbios em Paris.

9 de fevereiro: Os emigrados perdem o direito de propriedade.

20 de abril: A Assembleia declara guerra à Áustria, país governado pela mesma casa real de onde é proveniente Maria Antonieta.

Julho: O exército sofre baixas na fronteira com a Áustria, e chega a Paris a notícia de que a Prússia se juntara à invasão. A tensão se apodera das ruas de Paris. Maria Antonieta é suspeita de ajudar o inimigo revelando posições das tropas francesas. A Assembleia vê-se obrigada a declarar “Pátria em Perigo”, permitindo que os “cidadãos passivos” se armem e entrem na Guarda Nacional.

25 de julho: Paris toma conhecimento do manifesto assinado por Brunswick, comandante dos exércitos prussianos e austríacos, ameaçando entregar a capital “a uma execução militar e a uma subversão total” caso fosse feito o “menor ultraje” à família real.

19 de agosto: La Fayette foge para a Áustria.

22 de agosto: Os monarquistas causam desordens na Vendeia e na Bretanha. O exército sofre derrotas em Langwy e Verdun.

A SEGUNDA REVOLUÇÃO (Jornadas de Agosto de 1792)

Noite de 9 para 10 de agosto: Sob a ameaça de invasão externa e o receio de uma traição do Rei Luís XVI, uma Comuna Insurrecional de Paris, dirigida por Pétion, Pierre Louis Manuel e seu substituto Georges Danton, toma o lugar da comuna legal. Constitui-se a Comuna Revolucionária formada por 52 comissários designados com a participação dos cidadãos parisienses. A nova Comuna Insurrecional defende as ideias dos sans-culottes e torna-se um dos órgãos principais do governo, impondo seu poder às províncias.

10 de agosto: A população reage com uma insurreição. Cerca de 27.000 parisienses tomados de indignação dirigem-se ao palácio das Tulherias e atacam os guardas do rei. No fim do dia, registram-se mais de 800 mortos. **O rei é feito prisioneiro e a Assembleia é obrigada a se dissolver.**

1 de setembro: Mobilização geral da população para a guerra. Os cidadãos são enviados à frente de batalha.

2 de setembro: Ocorre o rumor de que Verdun, última defesa na entrada de Paris, se rendera, e que a cidade fora entregue pelos traidores realistas.

2 a 7 de setembro: Massacres de setembro. O povo, pressionado pela ameaça de invasão e revoltado com a traição dos contrarrevolucionários, invade as prisões de Paris e algumas cidades do interior e executa mais de 1.400 prisioneiros.

20 de setembro: As forças francesas derrotam os exércitos invasores na Batalha de Valmy. Durante o próximo período a Revolução conquistaria vitórias em seus conflitos militares.

A REPÚBLICA

21 de setembro: Reúne-se a Convenção Nacional. Extingue a monarquia, proclama a República e aprova um novo calendário, tendo como Ano I a proclamação da república. Os 750 deputados da Convenção se dividem nos seguintes grupos:

- Os girondinos, que representam a grande burguesia dos portos do oeste da França da região da Gironda, somam 160 deputados. Seus líderes eram Brissot e Vergniaud. No entanto, conseguem dominar a Convenção em um primeiro momento em aliança com os deputados do centro.
- Os deputados do Clube dos Jacobinos, do Clube dos Cordeliers e outros mais radicais faziam parte do grupo dos deputados da “Montanha”, chamado assim porque se sentavam na parte alta da sala. São 200 deputados e seus principais líderes eram Robespierre, Danton, Marat e Saint-Just. Os jacobinos, mais numerosos, refletiam os setores da média e pequena burguesia, de profissionais liberais, funcionários e lojistas.
- O agrupamento mais numeroso, 390 deputados, é constituído pela maioria dos deputados que se sentavam na parte baixa, no centro, e por isso são chamados de a planície (La Plaine), ou “o pântano” (Le Marais) pelos seus detratores. Tem posições políticas vacilantes, de acordo com as pressões de girondinos e montanheses.

11 de dezembro: Começa o julgamento de Luís XVI.

1793

Janeiro: O rei é levado a julgamento por traição à pátria. Os girondinos queriam poupar a vida de Luís XVI, o que os isolou na Convenção.

20 de janeiro: Luís XVI é declarado culpado de traição à pátria.

1 de fevereiro: A França declara guerra contra a Inglaterra e a Holanda.

21 de fevereiro: Luís XVI é executado em praça pública.

25 de fevereiro: Crescem os levantamentos em Paris.

Março: Começa a insurreição da Vendeia (na região oeste da França), onde camponeses insatisfeitos com as poucas melhorias em suas condições de vida e com o anticlericalismo dos republicanos se juntam aos nobres contra o governo republicano.

A expansão da guerra ia fortalecendo a esquerda e enfraquecendo os girondinos no poder. Sua hesitação em integrar uma aliança que incluísse as massas populares fez parecer que participavam do “complô aristocrático”.

Neste período se fortaleciam as instâncias em que as massas populares se reuniam e deliberavam politicamente. Em março, a Convenção legalizou os Comitês Revolucionários, uma dessas instâncias. Nesses comitês, o povo elegia seus representantes e se organizava, ameaçando ultrapassar os Comitês do governo.

9 de março: A Convenção vota a criação do Tribunal Revolucionário.

6 de abril: Um decreto da Convenção cria o Comitê de Salvação Pública.

24 de abril: Marat é submetido a julgamento pelo Massacre de Setembro. Foi absolvido.

4 de maio: É imposto um preço máximo para o pão.

TERCEIRA REVOLUÇÃO (a República Jacobina e o Terror)

27 de maio: Levantamento da Comuna de Paris contra a Convenção.

31 de maio a 2 de junho: Robespierre lança aos jacobinos um apelo à insurreição dos deputados patriotas contra os traidores. Em 2 de junho, uma multidão de 80.000 homens das seções parisienses, armados e acompanhados pela Guarda Nacional com 150 canhões, cerca a Convenção. A Assembleia decreta a prisão de 29 deputados girondinos. Os sans-culottes afastam a alta burguesia do poder. A Comuna de Paris começa a ser o centro de poder.

Começa a República Jacobina. Marat, Hebert, Danton e Robespierre formaram a chamada Convenção Montanhosa. Neste período, 60 dos 80 departamentos franceses estavam em revolta contra Paris; os exércitos dos príncipes alemães estavam invadindo a França pelo norte e pelo leste, os britânicos atacavam pelo sul e pelo oeste. O país encontrava-se desamparado e falido.

O governo concentra em suas mãos as decisões políticas, econômicas e militares. A Convenção contava com uma série de Comitês responsáveis pelas seguintes tarefas: o Comitê de Segurança Geral era responsável por conter as revoltas internas. O Comitê de Salvação Pública comandava os exércitos e administrava as finanças públicas. O Tribunal Revolucionário prendia e julgava os traidores da revolução.

3 de junho: Decreta-se a **venda dos bens dos emigrados** em pequenos lotes, pagáveis em 10 anos, medida favorável aos camponeses.

24 de junho: É concluída a nova **Constituição de 1793** (ou do ano II, segundo o novo calendário). Institui um corpo legislativo eleito por sufrágio universal masculino. Todos os **homens** a partir de 21 anos poderiam votar, independente de sua renda. Afirma como meta da sociedade a “felicidade comum”, e a assistência social aos indigentes como uma “dívida sagrada”, e o trabalho como um direito. A Constituição declara legítimo o direito de insurreição.

10 de julho: Robespierre passa a dirigir o Comitê de Salvação Pública, substituindo Danton.

13 de julho: Marat é assassinado por uma camponesa chamada Charlotte Corday, que depois foi executada.

17 de julho: É decretada a **abolição, sem indenização, de tudo que subsiste dos direitos feudais, outra medida que favorece os camponeses.**

Entre agosto e setembro recomeça a agitação. As filas nas portas das padarias começam às quatro da manhã, e as pessoas recebem o pão às onze. Correm rumores de que o pão vai faltar completamente.

23 de agosto: É decretado o recrutamento militar em massa.

4-5 de setembro: Levantamentos populares em Paris.

17 de setembro: Aprovada a **Lei dos suspeitos**. Uma legislação de exceção atinge os nobres, os eclesiásticos e os estrangeiros, com prisão para todos os presumíveis contrarrevolucionários, e morte para os contrarrevolucionários declarados. Esta medida é considerada um marco jurídico do início do período do Terror Jacobino, no qual milhares de pessoas foram executadas, acusadas de conspirar contra a revolução. “O governo provisório da França será revolucionário até a paz”.

29 de setembro: Graças às reivindicações dos sans-culottes, o governo adota uma tabela com o preço máximo para inúmeros produtos (o *maximun*). Foi como uma medida de guerra, dada pelas pressões do momento, que o governo aceitou instituir a taxaço, pois seus membros eram favoráveis ao liberalismo econômico.

15 de outubro: Maria Antonieta (que estava encarcerada e separada de seus filhos) é julgada por traição e por espolar o tesouro da pátria. É guilhotinada em praça pública como o rei.

23 de outubro: É decretado o calendário republicano.

24 de outubro: 22 girondinos são julgados e executados.

1794

4 de fevereiro. A Convenção proclama abolição geral, imediata e incondicional da escravidão nas colônias francesas.

Primavera de 1794: Os cordeliers – grupo político mais à esquerda pertencente a sans-culotterie – decidiram fazer uma manifestação de massa, cujo objetivo era forçar a saída dos moderados do governo jacobino. A seu ver, os moderados, dos quais Danton era um dos líderes, contribuía para que o governo não tomasse medidas mais duras contra a nobreza. A manifestação fracassa e propicia ao governo a chance de se livrar tanto dos moderados quanto dos cordeliers.

A repressão governamental recrudescceu e inúmeras sociedades populares foram fechadas. As massas iam se afastando das autoridades revolucionárias.

24 de março: Robespierre, o Comitê de Salvação Pública e o Clube dos Jacobinos caluniam os hebertistas e os dantonistas (também chamados “indulgentes”) com acusações falsas e executam todos os líderes populares. Robespierre se converte virtualmente em ditador.

Os hebertistas, também chamados de “exagerados”, eram partidários de Jacques-René Hebert, líder da extrema esquerda jacobina. O grupo era formado por membros do Clube dos Cordeliers. A maioria deles pertencia aos quadros da Montanha na Convenção e à administração da Comuna de Paris. Foram parte do movimento que levou à queda dos girondinos.

10 de junho (22 Prairial): São aplicados procedimentos de julgamentos em massa e execuções. Os condenados são levados à guilhotina em grupos de 50 a 60 por vez. Estima-se que foram executadas cerca de 2.750 pessoas.

Junho: No fim deste mês, os novos exércitos da república derrotam decididamente os austríacos em Fleurus e ocupam a Bélgica. Por esta época, tanto a direita como a esquerda tinham ido para a guilhotina, os seguidores de Robespierre estavam politicamente isolados. Somente a crise da guerra os mantinha no poder.

27 de julho (9 Termidor, pelo calendário revolucionário): A Convenção vota a prisão de Robespierre. Há uma tentativa fracassada de insurreição por parte dos seus partidários. Robespierre e Saint-Just são presos e executados junto com cerca de 150 dos seus correligionários. Acaba o Terror.

A Reação Termidoriana

Alguns dias depois, 87 membros da revolucionária Comuna de Paris são executados.

12 de novembro: O Clube dos Jacobinos é dissolvido pela Convenção.

24 de dezembro: Um decreto da Convenção suprime o *maximum* geral e a economia dirigida. A inflação dispara. A legislação social dos jacobinos foi abandonada. Os girondinos sobreviventes voltaram a fazer parte da Convenção, ao mesmo tempo em que dela foram expulsos dezenas de montanheses. Grupos reacionários atacam os revolucionários nas ruas.

Dominada pelos moderados (o centro, ou pântano), a Convenção termidoriana foi assumindo posições políticas cada vez mais conservadoras. As sociedades populares e os clubes políticos foram dissolvidos.

1795

Abril e maio: Jornadas populares de Germinal e de Prairial. “Extenuados pela carestia, pela escassez, e pelos rigores de um inverno incomum, os sans-culottes reclamaram a volta da economia dirigida e se levantaram pela última vez”. Foram derrotados pelo novo governo, que desarmou seus subúrbios.

26 de outubro: A Convenção se dissolve. Entra em vigor uma nova Constituição, que irá vigorar até o golpe de Napoleão Bonaparte, em 1799. Essa Carta **institui o Diretório**. O poder legislativo se dividiu em: Câmara dos deputados (conselho dos 500, que elaborava as leis) e o Senado (tinha a função de aceitar ou recusar as propostas de lei elaboradas pela Câmara dos deputados, e elegia os membros do Diretório). A eleição desses representantes volta a ser censitária (a partir de determinada renda se poderia participar do sistema). A Constituição também proibia a manifestação pública de associações ou ajuntamentos, não só partidários, mas de outras naturezas.

5 de outubro: Os monarquistas tentam um golpe e Napoleão suprime o movimento com a artilharia, ganhando com isso grande prestígio.

O **inverno de 1795-96** também foi duríssimo, e faltavam alimentos e lenha nos mercados. Os jacobinos, reagrupados no Clube do Panteão, reclamam o restabelecimento do *maximum* dos preços, reforçando a oposição ao Diretório.

30 de novembro - Graco Babeuf publica o Manifesto dos Plebeus no jornal Tribuna do Povo, no qual combate a propriedade privada. Celebram reuniões no Panteão.

1796

2 de fevereiro - Napoleão assume o comando do exército francês na Itália.

27 de fevereiro - O Diretório proíbe as reuniões populares no Panteão e Napoleão se encarrega de fechar o Clube. Ameaçados pela repressão do governo do Diretório, no inverno de 1795/96 Babeuf e seus companheiros foram obrigados a organizar secretamente seu movimento.

10 de maio - Os dirigentes da Conspiração dos Iguais, Babeuf, Darthé, Buonarrotti, são presos.

23 de setembro - Na noite de 23 para 24 de setembro se dá uma tentativa de sublevação protagonizada por jacobinos, sans-culottes e partidários de Babeuf, mas fracassa e 131 pessoas são detidas.

1797

27 de maio - Babeuf e Darthé são executados.

Maio: O resultado das eleições é uma maioria monárquica. As eleições em 1798 e 1799 produzem um resultado mais radical e são anuladas pelo Diretório.

1799

9 de novembro (18 Brumário) – Golpe de 18 de Brumário. O governo passa a ser exercido por um Consulado de três membros. Napoleão Bonaparte é nomeado “Primeiro Cônsul” e passa a ser o ditador efetivo.

1804

2 de dezembro: Napoleão é consagrado como Imperador da França.